



DICAS PARA MELHORAR
A SUA SAÚDE FINANCEIRA



ADMISSÃO À COTAÇÃO

AÇÕES E OBRIGAÇÕES



BOLSA DE VALORES

CABO VERDE



ÍNDICE

O QUE É ADMISSÃO À COTAÇÃO	4
VALORES QUE PODEM SER ADMITIDOS À COTAÇÃO	4
REQUISITOS PARA ADMISSÃO À COTAÇÃO	4
VANTAGEM DA ADMISSÃO À COTAÇÃO	5
PROCEDIMENTOS DE ADMISSÃO À COTAÇÃO - PASSO-A-PASSO	7 & 8
QUAIS OS CUSTOS RELACIONADOS COM O PROCESSO DE ADMISSÃO	9
LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	9
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	10

99%

95%

\$\$\$



O QUE É ADMISSÃO À COTAÇÃO

Um título é admitido à cotação quando passa a poder ser transacionado numa bolsa de valores, em conformidade com as regras desta, onde lhe é atribuída uma cotação de valor que varia em função da procura e da oferta de mercado.

VALORES QUE PODEM SER ADMITIDOS À COTAÇÃO

Podem ser admitidos à cotação:

- a)** Os fundos públicos nacionais e estrangeiros e os valores mobiliários a eles equiparados;
- b)** Os valores mobiliários emitidos por sociedades ou entidades nacionais ou estrangeiras (ações, obrigações, etc.);
- c)** Os instrumentos financeiros derivados.

REQUISITOS PARA ADMISSÃO À COTAÇÃO

A admissão á cotação depende da verificação dos seguintes requisitos, conforme se trate de ações ou obrigações:

- I.** A Emitente encontrar-se constituída e a funcionar de acordo com as disposições legais e estatutárias aplicáveis, quer se trate de **AÇÕES**, quer de **OBRIGAÇÕES**;
- II.** Situação jurídica das **AÇÕES** ou **OBRIGAÇÕES** estar em conformidade com as disposições legais;
- III.** Para o caso de Emissão de **AÇÕES**, a capitalização bolsista previsível das ações ou capitais próprios da sociedade não serem inferiores a 100.000.000\$00 (cem milhões de escudos);



IV. Tratando-se de **AÇÕES**, estar assegurada, até à admissão à cotação, uma suficiente dispersão pelo público, isto é, as ações objeto de admissão à cotação se encontrarem dispersas pelo público numa percentagem não inferior a 10% do capital ou, num número não inferior a 50 mil ações

V. Para o caso de **OBRIGAÇÕES**, o montante do empréstimo obrigacionista a admitir não ser inferior a 20.000.000\$00 (vinte milhões de escudo) e encontrar-se comprovado que o pagamento do capital e dos juros está razoavelmente garantido;

VI. **AÇÕES** ou **OBRIGAÇÕES** serem livremente negociáveis;

VII. O pedido deve englobar todas as **AÇÕES** ou **OBRIGAÇÕES** da mesma categoria;

VIII. Adequada situação económica da Emitente de **AÇÕES** ou **OBRIGAÇÕES**.

IX. Publicação dos relatórios de gestão e contas anuais relativos aos dois exercícios anteriores, seja para o caso de **AÇÕES** ou **OBRIGAÇÕES**.

VANTAGEM DA ADMISSÃO À COTAÇÃO

PARA O INVESTIDOR:

Liquidez – a ideia de liquidez está associada à rapidez e facilidade de transação. A admissão em Bolsa é potenciadora de liquidez aos acionistas, na medida em que, quando algum acionista quiser vender as suas ações pode fazê-lo a um preço justo e sem as complicações que hoje se lhe depara.

Benefícios Fiscais – Os rendimentos das obrigações, com colocação pública e cotadas em Bolsa, são tributados em sede de IRPS a uma taxa de 5% e, os dividendos das ações, não estão sujeitas a tributação, desde que colocados à disposição do titular até 31 de Dezembro de 2017.

PARA A EMPRESA:

Determinação do valor justo do mercado – no caso das ações, uma empresa cotada em Bolsa tem um valor justo, determinado pelo jogo da oferta e da procura, valor este que se transforma numa referência obrigatória, o que permite balizar as ofertas para comprar e para vender.

Reconhecimento do prestígio e da imagem de marca da empresa – estar cotado em Bolsa é sinónimo de reconhecimento ao nível da solvência, da transparência e do prestígio da empresa. A obrigatoriedade de divulgação de factos relevantes sobre as suas atividades e as contas têm impacto positivo na transparência e na eficiência dos atos de gestão.



PROCEDIMENTOS DE ADMISSÃO À COTAÇÃO – PASSO-A-PASSO

I. PEDIDO DE ADMISSÃO - REQUERIMENTO

A admissão à cotação de quaisquer valores mobiliários à cotação na bolsa é da competência da Bolsa de Valores.

O pedido de admissão deve ser requerido, através de um operador de bolsa, pela sociedade emitente ou por portadores de valores a cotar que detenham pelo menos, 10% desses valores.

Informações que devem constar do pedido, conforme se trate de AÇÕES ou OBRIGAÇÕES:

- Identificação da entidade emitente de **AÇÕES e/ou OBRIGAÇÕES**;
- Relatório de gestão e contas anuais, tratando-se de emissão de **AÇÕES e/ou OBRIGAÇÕES**;
- Comprovativo que a capitalização bolsista previsível das **AÇÕES** não são inferiores a 100.000.000\$00 (cem milhões de escudos);
- Quantidade de **AÇÕES e/ou OBRIGAÇÕES** objeto do pedido de admissão, seu valor nominal unitário e comprovativo que as mesmas são livremente negociáveis;
- Para o caso de **OBRIGAÇÕES**, indicação do montante do empréstimo obrigacionista a admitir não ser inferior a 20.000.000\$00 (vinte milhões de escudo);
- Encontrar-se comprovado que o pagamento do capital e dos juros está razoavelmente garantido, para o caso de emissão de **OBRIGAÇÕES**.
- Natureza e forma de representação das **AÇÕES** a admitir;
- Comprovativo de que se encontra assegurada, até ao momento da admissão à cotação, uma suficiente dispersão das **AÇÕES e/ou OBRIGAÇÕES** pelo público;
- Descrição dos direitos e obrigações especiais das diferentes categorias de **AÇÕES** representativas do capital social, se as houver;



II. INSTRUÇÃO DOCUMENTAL

O pedido de admissão à cotação, seja de **AÇÕES** ou de **OBRIGAÇÕES**, deve ser instruído com uma série de documentos, nomeadamente:

- Cópia das atas das deliberações que aprovaram a emissão;
- Estatutos ou lei orgânica da entidade emitente;
- Certidão do registo comercial;
- Relatórios de gestão, contas, pareceres do órgão de fiscalização e certificação legal de contas;
- Relatório de auditoria realizado por auditor independente;
- Em caso de admissão resultante de aumento de capital, cópia da notificação da AGMVM concedendo o registo da emissão, quando aplicável;
- Projeto de prospeto ou documento informativo de admissão à cotação;

III. DECISÃO DO PEDIDO

O **Conselho de Administração da Bolsa**, na posse de todos os documentos e avaliado o preenchimento dos requisitos de admissão à cotação, decide sobre o mesmo, devendo fundamentar adequadamente a sua decisão quando esta seja no sentido do indeferimento do pedido.

O Indeferimento do pedido pode ocorrer quando:

- Se verifique a ilegitimidade dos requerentes;
- Não sejam apresentados os documentos que devem instruir o pedido;
- Não sejam prestadas as informações e/ou os esclarecimentos adicionais necessários à apreciação do pedido;
- O prospeto não reúna as condições necessárias para a sua aprovação;
- Na apreciação feita o Conselho de Administração conclua que a entidade emitente ou os valores mobiliários a admitir não satisfazem integralmente todos os requisitos necessários à sua cotação;



Em caso de deferimento do pedido, a admissão à cotação significa que:

- O Conselho de Administração considera o pedido de admissão procedente à luz da legislação aplicável.
- Não envolve qualquer garantia ou responsabilidade quanto à evolução da situação económica e financeira da entidade emitente;
- Não garante viabilidade, nem a suficiência, objetividade, veracidade ou atualidade da informação prestada através do prospeto.
- O Conselho de Administração comunica a decisão ao operador de bolsa que patrocinou o pedido.

IV. ADMISSÃO À COTAÇÃO PROPRIAMENTE DITA

A Admissão à negociação, propriamente dita, consiste no registo dos títulos, no sistema de negociação (SIFOX DEAL) donde, do confronto entre a oferta e a procura, resulta a cotação do título/justo valor de mercado.

Os títulos passam a ser livremente transacionados em mercado secundário de cotações oficiais, de acordo com as regras legais e regulamentares de transação, nesse mercado.





QUAIS OS CUSTOS RELACIONADOS COM O PROCESSO DE ADMISSÃO

Taxas de Admissão à Cotação

Pela Admissão à Cotação de ações e/ou obrigações, as entidades emitentes pagarão à Bolsa de Valores, as seguintes taxas:

- Taxa de Admissão à cotação, calculada sobre o valor nominal do capital a admitir – 2,00‰ no caso das ações e 1,50‰, no caso de obrigações, num montante mínimo e máximo de 250.000\$00 e 3.000.000\$00 respetivamente;
- Taxa Anual de Manutenção periódica na Cotação que incide sobre o valor da capitalização bolsista – 1,25 ‰ no caso de ações e 1,00 ‰, no caso de obrigações;
- Taxa de Custódia Mensal calculada sobre o valor dos títulos em conta – 0,50 ‰, seja no caso de ações ou obrigações.

LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Código do Mercado de Valores Mobiliários – Decreto-Legislativo nº01/2012, de 27 de Janeiro;
- Circular nº01/BVC/2012 – Processo de Admissão à Cotação de Valores Mobiliários;
- Regulamento nº 01/2005, alterado pelo regulamento nº02/2006 – Custos de Mercado;

Concilie reconhecimento da sua empresa, valor justo de mercado e liquidez aos seus investidores!



INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Bolsa de Valores de Cabo Verde:

www.bvc.cv

bvc@bvc.cv

(+238) 2603030





BOLSA DE VALORES

CABO VERDE